



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL:

entre o retrato do arcaico e o som do moderno

Mariana Sato dos Reis¹

Maria Luiza do Amaral Rizzotti²

RESUMO: O presente estudo aborda o tema da população em situação de rua considerando o avanço das explicações de sua existência ancorada no modelo econômico político e social, superando assim a leitura da culpa individual. Ainda nessa perspectiva destaca-se o descompasso entre o convívio da modernização da sociedade e o arcadismo no modo nas práticas de atenção e proteção às pessoas em situação de rua, em que pese às novas determinações legais ainda há prevalência de práticas datadas de séculos passados.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. Modernidade. Cultura e Identidade.

ABSTRACT: This study addresses the issue of the homeless population considering the advancement of explanations for its existence anchored in political and social economic model, thus overcoming the reading of individual guilt. Yet this perspective highlights the gap between the living and the modernization of society Arcadian mode in care practices and protection to people on the streets, despite the new legal requirements there are still prevalent practices dating from centuries past.

Key words: Homeless population. Modernity. Culture and Identity.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: marianareis_ss@yahoo.com.br

² Doutora. Universidade Estadual de Londrina (UEL).



1 INTRODUÇÃO

“Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”.
Guy Debord.

As transformações e modernizações do mundo contemporâneo não foram suficientes nem para atacar as determinantes geradoras da pobreza brutal, nem muito mesmo para avançar nos sistemas de proteção que teriam em sua égide a competência de oferecer alternativas de vida para esses cidadãos. Portanto, o que se percebe cotidianamente nessa circunscrição são as mesmas cenas da idade média convivendo com o som (“barulho”) de uma sociedade que se moderniza.

Um olhar que esteja atendo à complexidade da situação de rua, considerando todas as explicações econômicas, políticas e sociais que corroboram para intensificar essa expressão da questão social, em detrimento das antigas explicações que se fundavam na vagabundagem e vadiagem, pode modificar também a oferta de serviços com novos desenhos que superem as Workhouses do século XIV.

No entanto, na maioria dos casos ainda ocorre uma desconexão entre uma nova explicação para o fenômeno população em situação de rua e o desenho arcaico dos serviços de abrigo. O que se tem de novo com a implantação dos Centros POP da política pública de assistência social ainda não deu conta de transformar e modernizar a antiga rede de albergues, ressaltando o pouco tempo de funcionamento desses equipamentos públicos (que foram implantados em 2010).

Sendo assim, o presente artigo tem por objetivo central destacar a convivência dos principais aspectos do arcaico e do moderno no cotidiano das pessoas em situação de rua no Brasil que passam despercebidos aos olhos da maioria da sociedade.

Para tanto, primeiramente, será abordada a questão do desemprego, fruto das novas configurações do mundo do trabalho no interior do capitalismo, em tempos recentes, e a população em situação de rua como um dos principais reflexos de todo esse processo. Em seguida, será feita uma breve análise do conceito de modernidade, e sua relação com as expressões do arcaico, com base nos autores: Martins (2012) e Bauman (2001). E por fim serão feitas breves considerações sobre o aparato público que o Estado tem fornecido para lidar com a complexa realidade dessa população, as dificuldades são muitas, e muitos também são os desafios lançados para o futuro.



2 DESENVOLVIMENTO

A reestruturação produtiva ocorrida no Brasil na última década do século XX, fruto de um conjunto de políticas macroeconômicas advindas dos organismos multilaterais (FMI e OMC), acompanhada pela reorientação do Estado e pela financeirização do capital, provocou mudanças significativas no mundo do trabalho: diminuição da criação da oferta de postos de trabalho; relações e condições de trabalho precarizadas, fundadas na desregulamentação dos direitos conquistados pelos trabalhadores; classes sociais mais heterogêneas; desmonte das políticas públicas; a mercantilização dos serviços, entre outras. Novos mecanismos de produção foram criados, em função de arcaicas formas de exploração, renovadas pelo avanço das novas configurações do sistema capitalista.

Como consequência de todo esse processo, em tempos de globalização financeira e mundialização do capital, houve o aumento das desigualdades sociais e a elevação dos níveis de pobreza da classe trabalhadora. De acordo com Silva (2009, p. 21)³, esse contexto possibilitou, de forma mais expressiva, a presença das pessoas em situação de rua nos grandes centros urbanos do País, compondo a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, e sendo parte constitutiva da crescente pobreza gerada.

Os dados do I Censo e Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua⁴, realizado em 2008, mostraram que das 31.922 pessoas entrevistadas 76,1% eram originárias do local em que se encontravam ou de locais relativamente próximos, situados no mesmo estado. Este dado sinaliza o desemprego como um dos fatores que levam as pessoas a se deslocarem para as ruas (29,8% dos entrevistados, de acordo com a pesquisa) e a permanecerem nessa situação, e evidenciam a diminuição da ida para as ruas em decorrência dos processos migratórios (predominantes no período de industrialização dos grandes centros urbanos do país, entre os anos de 1930 a 1970).

A pesquisa também mostrou que, grande parte dos entrevistados, compunha o mercado de trabalho informal (52,6%), atuando: como catadores de materiais recicláveis (27,5%), flanelinhas (14,1%), em setores da construção civil (6,3%) e limpeza (4,2%), entre

³ Em seu livro "Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil", Maria Lucia Lopes da Silva faz um estudo desta população no Brasil (mais precisamente nas cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), no período de 1995 até 2005.

⁴ O I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População de Rua foi realizado pelo Instituto Meta e abrangeu 71 cidades brasileiras, sendo que 48 eram municípios com mais de 300 mil habitantes e 23 capitais. São Paulo, Recife, Belo Horizonte e Porto Alegre não entraram na pesquisa, pois já haviam feito ou estavam fazendo pesquisas semelhantes.



outras. A grande maioria (47,7%) nunca teve carteira assinada ou não trabalhava há muito tempo.

É válido mencionar que a população em situação de rua é síntese de múltiplas determinações, que não se concentram apenas na questão da ausência de trabalho e renda. Os dados da pesquisa mostraram que o principal motivo da ida para as ruas é o uso frequente de álcool e outras drogas (35,5%), seguido do desemprego, como visto anteriormente; depois dos conflitos familiares (29,1%), dentre outros fatores.

Isto posto, evidencia-se de acordo com Martins (2012, p. 18), que a modernidade “[...] é a realidade social e cultural produzida pela consciência da transitoriedade no novo e do atual”. Ao contrário do que propõe a concepção de globalização, a modernidade não ocorre paralela ao “encontro homogeneizante da diversidade do homem”. Ela ocorre a partir do desenvolvimento das desigualdades econômicas e sociais, a partir do avanço acelerado das tecnologias e da crescente acumulação de capitais (MARTINS, 2012, p. 19).

O autor ainda afirma que a modernidade “anuncia o possível, embora não o realize”. Ela combina tempos históricos distintos, sinalizando a historicidade existente nas relações sociais da vida cotidiana. Nas palavras de Martins (2012, p. 25):

Nossas desigualdades sociais são também o nosso descompasso histórico em relação ao que já é real em outras partes, que nos chega fragmentariamente, incompletamente. A força das formas sociais, econômicas, estilísticas é que nos faz agentes de uma modernidade aparente, desprovida de laços fundos com os processos sociais, anúncios de nossas privações.

Esse quadro sinaliza o passado escravocrata que nunca deixou de fato de existir no país. No período da escravidão, os escravos eram vistos como mercadorias a serem vendidas no comércio negro da colônia. De acordo com Martins (2012, p. 24), a modernidade chega ao país “sob a forma do fardo nas costas do escravo negro, ele mesmo negação do capital e do capitalismo, embora agente humano e desumanizado do lucro naquele momento histórico”.

Ao contrário dos escravos, que se tornaram um empecilho ao desenvolvimento do capitalismo primitivo no país, a população em situação de rua, não é na atualidade, expressão da negação do capital, mas é um dos seus símbolos maiores. Ela expressa o nível absoluto de exploração que um ser pode suportar até se tornar supérfluo às necessidades do capital. E, assim como ocorria com os escravos, a população em situação de rua também sofre pelo estigma da miséria e precarização absoluta, não sendo vista, pela



grande maioria da sociedade, enquanto ser humano, como bem retratou Manuel Bandeira em seu poema intitulado “O Bicho”.

O olhar a ser empreendido, quando se analisa o cotidiano da população em situação de rua, não pode ser desvinculado da perspectiva de totalidade da realidade social, pois, uma vez que essa população é síntese de múltiplas determinações taxá-la de vagabunda (como os “vagabundos” no período da “Lei dos Pobres” do século XIV e XVII), usuária de drogas, entre outras denominações, sem uma percepção crítica, para além da imediatividade que o cotidiano vislumbra, homogeneíza sua trajetória histórica e social e desconsidera as particularidades que as relações sociais possuem no interior da sociedade capitalista.

As grandes obras empreendidas para a construção dos estágios da Copa do Mundo que será realizada no Brasil em 2014, por exemplo, são as grandes provas que o moderno cerca o cotidiano da realidade brasileira (e também das pessoas em situação de rua), mas o som ao redor não deixa dúvidas: vivemos o arcaico entrelaçado pelo novo, pela modernização de um país que nunca deixou de se desenvolver de costas, com os olhos no passado.

A higienização dos grandes centros urbanos, agora intensificada pela internação compulsória de usuários de crack (com destaque para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro); pela retirada de centenas de pessoas de casas no entorno dos estágios da Copa; pelos incêndios nas favelas⁵ do centro de São Paulo, em prol do avanço do mercado imobiliário, são o reflexo dessa modernidade às avessas que não atinge apenas a população em situação de rua, mas centenas de famílias brasileiras.

E a grande mídia, “o espetáculo colorido da grande massa” sinônimo do moderno, da alta velocidade de transmissão das informações, parece querer manipular os acontecimentos, evitando as “perturbações sociais que poderiam resultar da disseminação das diferenças (de mentalidade, de orientação política, de multiplicidade social) e de uma verdadeira concepção do privado e da vida privada” (MARTINS, 2012, p. 26).

A sociedade torna-se a “sociedade do espetáculo” nos dizeres de Debord (1991). Segundo o autor “[...] o espetáculo é a afirmação da aparência e a afirmação de toda a vida humana. [...] a crítica que atinge a verdade do espetáculo descobre-o como negação da vida [...]”. Esse espetáculo “é o sol que não tem poente na passividade moderna” (DEBORD, 1991, p.16-19).

⁵ Um artigo interessante sobre os incêndios ocorridos nas favelas do centro de São Paulo, foi escrito por João F. Finazzi, com o título “Não acredite em combustão espontânea”, publicado no blog “Carta Maior”.



Martins (2012, p. 29) alerta que a modernidade é marcada, sobretudo, pela “diluição das identidades”. A grande maioria das pessoas que estão em situação de rua não é conhecida pela sua história de vida, pelo trabalho que tinham, ou ao menos pelo seu próprio nome (enquanto sujeitos e cidadãos). São conhecidas por estarem “em situação de rua”, por serem usuárias de drogas, ou não possuírem vínculos familiares. Se não possuem trabalho, moradia, acesso à saúde e à higiene, não possuem identidade.

Assim como os condenados às workhouses⁶, da Europa do século XVII, perdiam suas identidades ao serem taxados de pobres, vagabundos e desvalidos, a população em situação de rua perde sua identidade ao encontrar a identidade da rua. Nela, é possível que crie identidades diversas e, conseqüentemente, novos vínculos sociais que vão sendo construídos e que passam despercebidos aos olhos da sociedade e dos profissionais que lidam com esse público nos diversos equipamentos (públicos e privados), como vínculos e identidades possíveis para o seu autoreconhecimento enquanto sujeitos históricos e sociais.

De acordo com Cucho (2007, p. 177), a identidade social de um indivíduo é definida como o “[...] conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação de uma classe sexual, um classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc.”. Para o autor, a identidade “permite que o indivíduo se localize em sistema social e seja localizado socialmente”. Ela é ao mesmo tempo, inclusão e exclusão, uma vez que o indivíduo se identifica a um determinado grupo, distinguindo-se de outros.

A população em situação de rua, no entremeio do arcaico (pobreza, miséria, preconceito, estigma etc.), é empurrada pelo o moderno (limpeza das cidades rumo a Copa do Mundo de 2014), sendo levada para lugar nenhum, caminhando para a emancipação do nada, típico símbolo do pós-modernismo: o caos, a incerteza, o flexível, o “fim da história”.

Em busca da sobrevivência, essa população se adapta como pode nas cidades, e vão fazendo das ruas e espaços públicos, um lugar privado. Como relata Bauman (2001, p. 121-122), as cidades são formadas por vários “espaços vazios”, que são assim denominados, pois o vazio do lugar, de acordo com o autor, “[...] está no olho de quem vê, e nas pernas ou rodas de quem anda. Vazios são os lugares em que não se entra e onde se sentiria perdido ou vulnerável, surpreendido e um tanto atemorizado pela presença de humanos”. Tais espaços são muitas vezes ocupados pela população em situação de rua e

⁶ As Workhouses eram casas de trabalho forçado, destinadas àqueles considerados pobres, sem trabalho, e aos “mendigos fortes”, pois a “Lei dos Pobres” elizabethanas do século XIX não tolerava as temidas “vagabundagens” e mendicâncias, e os culpados eram severamente punidos por essa legislação (PEREIRA, 2011).



evitados por muitas pessoas que possuem em suas cabeças um “mapa” cheio de “espaços vazios” inabitados.

Longe de ressaltar a naturalização da vivência de rua, o que se quer retratar é que o “estar” nas ruas, e o permanecer nessa condição, vai muito além do “querer ficar nas ruas”. A ausência de vínculos familiares, seja pela morte de um parente querido, seja pelo uso de drogas ou pela questão do desemprego, seja pela separação conjugal, seja por outros tipos de conflitos familiares indicam que, às vezes, a rua se torna a única ou a última estratégia de sobrevivência.

É válido mencionar que todo esse processo de construção do cotidiano das pessoas em situação de rua, entrelaçado pela dialética do arcaico e do moderno, tem sido marcado pela luta do Movimento Nacional⁷ (MNPR) que representa esse segmento populacional, e dos demais profissionais e militantes que colaboram com a luta da população em situação de rua pelo acesso a políticas sociais. O Estado, juntamente com o Movimento Nacional, tem possibilitado ações mais concretas no que tange à construção de políticas públicas para essa população.

Um dos grandes avanços foi a criação da Política Nacional para Pessoas em situação de Rua (2009), e a implementação dos Centros de Referência para Pessoas em Situação de Rua (Centros Pop – 2010), no âmbito da Proteção Social de Média Complexidade da Política Nacional de Assistência Social (2004).

O Movimento ao longo dos seus sete anos de existência tem lutado ativamente pelos direitos sociais das pessoas em situação de rua, compondo instâncias governamentais, denunciando a violência empreendida contra essa população, organizando eventos, palestras, debates nos diversos estados do Brasil, e utilizando a internet e as redes sociais como veículo para divulgar suas ações, reflexões, e estratégias políticas.

Portanto, o retrato do arcaico e o som moderno convivem juntos no cotidiano das pessoas em situação de rua do Brasil. A presença das múltiplas determinações que levam as pessoas a permanecerem nas ruas torna ainda mais complexa a forma de analisar o movimento da realidade social, na qual essa população está inserida. A modernidade que rodeia nossa sociedade denuncia as desigualdades e os desencontros que a caracterizam. Ela torna a realidade descartável, isenta de criticidade.

⁷ O Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) surgiu depois de um episódio que ficou conhecido como “Chacina da Sé” em 19 de agosto de 2004, no qual sete moradores de rua foram assassinados. Após a chacina, os grupos e as pessoas que desenvolviam trabalhos com a população em situação de rua mobilizaram algumas lideranças desta própria população, no sentido de cobrar ações concretas das autoridades e alternativas para as pessoas que se encontram nessa situação.



No entanto, as necessidades existentes na sociedade, como lembra Martins (2012, p. 57), “[...] ganham sentido na falta de sentido da vida cotidiana”. A união da população em situação de rua pela via do Movimento Nacional demonstra que as injustiças sempre serão lembradas, e de acordo com o autor, “Só se pode desejar o impossível aquele para quem a vida cotidiana se tornou insuportável, justamente porque essa vida já não pode ser manipulada”.

3 CONCLUSÃO

Como menciona Martins (2012, p. 27), a melhor maneira de se expressar a consciência crítica pelas pessoas em tempos de modernidade é através do deboche, “[...] não a reivindicação social nem a crítica social propriamente dita, que poderia levar a certo controle dos rumos da modernização em nome dos interesses sociais dos que seriam por ela prejudicados”.

Por isso para muitos, a população em situação de rua, e todas as múltiplas determinações a ela vinculadas, tornam-se invisíveis ou imperceptíveis. É mais fácil denominá-la como “preguiçosa” e “delinquente” do que refletir criticamente sobre seu cotidiano e tudo aquilo que o rodeia.

Sendo assim, no decorrer do trabalho algumas constatações puderam ser feitas: em primeiro lugar, as novas configurações do mundo do trabalho, principalmente no período posterior à reestruturação produtiva, ocasionou a composição do exército industrial de reserva pela população em situação de rua, fruto do aumento do desemprego gerado nessa fase do capitalismo.

O avanço da globalização, e o conseqüente progresso da “era moderna”, ocorreu em detrimento do aumento das desigualdades sociais, expressão primeira do que há de mais arcaico na sociedade capitalista.

Em segundo lugar, foi possível perceber que a análise do cotidiano das pessoas em situação de rua não pode estar desvinculada da perspectiva de totalidade da realidade social, principalmente quando se almeja compreender a dualidade: moderno/ arcaico no interior da realidade da rua.

Esse fato possibilita a compreensão do som moderno (Copa do Mundo, higienização das cidades, expressão das Redes Sociais, incredibilidade na Mídia



convencional), e do retrato do arcaico que vai se materializando no interior da “sociedade do espetáculo” de Debord (1991).

Por fim, a liquidez que a modernidade tem proporcionado “encharca” os diversos sólidos ainda resistentes na realidade social da população em situação de rua. Entretanto, as imagens utilizadas no trabalho sinalizam que os “espaços vazios” (BAUMAN, 1991) estão ocupados, eles possuem vida, cor, e uma beleza que no entremeio da simplicidade e do aspecto sujo da rua, fazem barulho e, o moderno se torna um retrato, com o barulhento fundo de imagens arcaicas. O azul (cor da bandeira do MNPR) representa um céu de um tempo só, o arcaico e o moderno se esvaem em um único grito de luta.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Meta Instituto de Pesquisa e Opinião, Secretaria de avaliação e Gestão da informação. **Pesquisa Nacional sobre a população em situação de rua**. Brasília, DF: Governo Federal, 2008.

CUCHE, D. Cultura e Identidade, p. 175-202. In: CUCHC, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 2007.

CUNHA, J. V. Q.; RODRIGUES, M. (Org.). **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Brasília, DF: MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo**. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991.

FINAZZI, J. F. Não Acredite em Combustão Espontânea. In: **Carta Maior**. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=20863>. Acesso em: 10 de fev., 2013.

MARTINS, J. de S. As Hesitações do Moderno e as Contradições da modernidade no Brasil. In: MARTINS, J. de S. **A Sociabilidade do Homem Simples**, p. 17-50. São Paulo: Contexto, 2012.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA. M. L. L. da. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.